

Ceticismo e morte em Michel de Montaigne: o problema da imortalidade da alma na *apologia de Raymond Sebond*

RESUMO

Este artigo tem a intenção de analisar a relação de dois dos principais temas do pensamento de Montaigne, o ceticismo e a morte. Para tanto, avaliaremos suas considerações a respeito da imortalidade da alma na *Apologia de Raymond Sebond*, texto onde o autor trata de forma mais cuidadosa do problema do ceticismo e de sua relação com a religião.

Palavras-chave: Ceticismo; Morte; Imortalidade da alma.

ABSTRACT

This paper aims to reflect about the relation between two of the major themes of Montaigne's thought, skepticism and death. For this, we will evaluate his view on the problem of the immortality of the soul in the *Apology for Raymond Sebond*, text where the philosopher deals more carefully with the problem of the skepticism and its relation with religion.

Key words: Skepticism; Death; Immortality of the soul.

* Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFMG.

Introdução

Embora os *Ensaíos* sejam uma obra construída ao longo de toda uma vida¹, alguns temas sempre estiveram presentes nas reflexões de Montaigne. Um deles é o problema da morte. Apesar de nos depararmos nesta obra com um número infinito de assuntos, os quais são abordados sempre de forma variada, sob as mais diferentes perspectivas, o tema da morte é uma preocupação constante que recebe uma atenção especial por parte do pensador renascentista e, conseqüentemente, também por parte de seus intérpretes. São vários os ensaios em que a morte é o tema central, além de existirem inúmeras passagens ou comentários aleatórios em capítulos que tratam de outro problema que não a morte diretamente.

Observa-se, porém, que nestes textos raramente são encontradas reflexões mais aprofundadas a respeito da imortalidade da alma ou do destino do homem após a morte. Montaigne direciona sua atenção para os aspectos éticos e humanos que circundam o problema da morte, se afastando do discurso de cunho sobrenatural ou metafísico. As ponderações do filósofo de Bordeaux são essencialmente da esfera do natural, da cultura e da vida do homem. Como assinala Jules Brody (BRODY, 1982, p.100), a atenção de Montaigne se volta mais para o “morrer” do que para a “morte”. Isto é, na definição do próprio comentador, a “Filosofia da morte” de Montaigne se interessa mais para o evento, para o fenômeno cultural e relativo ao longo do qual a vida se extingue, do que para o processo biológico absoluto que define o fim de nossa vida.² Mais do que revelar a verdade sobre a morte, Montaigne quer refletir sobre sua influência na vida do homem.

Esta forma “imaneente” de lidar com a questão se torna extremamente significativa quando se tem em mente o contexto no qual Montaigne se situa. O pensador francês vive o Renascimento cultural e a Reforma protestante do século XVI. Embora inserido em um registro de mudança de perspectivas e valo-

res, a religião tinha ainda, naquele tempo, uma grande influência em vários aspectos da sociedade, sendo portadora das respostas para quase todos os problemas que afligiam a vida humana. O Renascimento, como todo processo histórico, não representa uma ruptura definitiva e imediata com as formas de poder e de pensamento do mundo medieval. Assim, no que diz respeito especificamente ao problema da morte, a resposta usual do cristianismo passava necessariamente pelas considerações sobre as recompensas e punições que os homens receberiam na “outra vida”. A idéia da imortalidade da alma aparece, portanto, como um pressuposto fundamental do pensamento e da ética cristã, o que destaca ainda mais a originalidade e ousadia desta leitura de Montaigne em uma época imersa em violentos conflitos provocados pelo debate religioso da Reforma protestante.

É na *Apologia de Raymond Sebond* que Montaigne expõe de forma mais direta e consistente suas considerações acerca da imortalidade da alma. O objetivo principal deste texto é justamente mostrar como estas considerações são essenciais para que entendamos o olhar peculiar de Montaigne sobre o problema da morte. Pretende-se, aqui, demonstrar como o ceticismo montaigniano, latente na *Apologia*, ajuda a explicar sua leitura voltada para o caráter eminentemente ético da questão, deixando de lado as respostas religiosas ou metafísicas. Neste ensaio, portanto, são encontradas importantes explicações para o desvio do olhar do pensador francês em relação à religião, que abandona a preocupação com as conseqüências de nossas ações no “Além” e volta sua atenção para os aspectos mais terrenos da morte, como os últimos momentos da vida e, principalmente, o combate do medo que aflige a maioria dos homens.

Primeiramente, serão apresentados alguns dos principais aspectos da crítica da razão desenvolvida por Montaigne na *Apologia*, com o intuito de salientar como seu ceticismo se relaciona diretamente com suas reflexões sobre a morte. Feito isto, serão

¹ A escrita dos *Ensaíos* durou, aproximadamente, vinte anos, entre 1571 e 1592.

² Ainda que Brody não trate da *Apologia*, sua leitura do ensaio *Que filosofar é aprender a morrer*, no quarto capítulo de sua obra *Lectures de Montaigne*, é decisiva para as idéias que pretendemos desenvolver aqui, como será argumentado na seqüência do texto.

expostas as principais passagens em que Montaigne trata do tema da imortalidade da alma, buscando refletir sobre as diferenças entre as idéias do pensador francês e as respostas da religião cristã, destacando a importância de sua leitura dentro de uma perspectiva histórica.

A Apologia de Raymond Sebond – a Crítica da Razão

O ceticismo de Montaigne, expresso na *Apologia* através de uma intensa crítica da razão, é visto por muitos intérpretes como a principal característica da filosofia montaigniana. Vários pesquisadores, como, por exemplo, Richard Popkin (POPKIN, 2000) e Luis Eva (EVA, 2007), vêem no ceticismo desenvolvido nos *Ensaíes* a explicação para a maioria dos problemas suscitados nesta obra, além de destacarem a importância especial da perspectiva cética de Montaigne no contexto geral da filosofia, tanto em sua releitura do ceticismo antigo, quanto em sua influência nos desenvolvimentos posteriores do tema, notadamente em Descartes. Isto evidencia a complexidade do tema do ceticismo trabalhado pelo filósofo francês, não apenas dentro dos *Ensaíes*, mas também em seu significado para a História da Filosofia como um todo.

Tendo isso em vista, sem negligenciar a amplitude e a importância do discurso cético de Montaigne, destacam-se aqui, a princípio, apenas dois dos principais aspectos da crítica da razão realizada na *Apologia*, a saber, a definição da razão como fonte dos males humanos e o elogio da simplicidade e da ignorância. A atenção especial dada a estes aspectos se justifica pelo reflexo direto que eles terão na “Filosofia da morte” desenvolvida por Montaigne nos *Ensaíes* como um todo e, mais especificamente, na *Apologia de Raymond Sebond*. A partir do exame destes dois aspectos tenciona-se, portanto, preparar o terreno para a questão da imortalidade da alma, problema central a ser discutido neste trabalho.

A Razão como Fonte dos Males Humanos – o Medo da Morte

Com a intenção de denunciar a presunção, a vaidade e o orgulho dos homens que se consideram os principais seres da natureza, Montaigne realiza na *Apologia* uma longa comparação deles com os animais. Esta autodenominação dos homens de “principais criaturas do universo” se deve, segundo Montaigne, pelo fato deles se acreditarem como os únicos possuidores de razão, faculdade a qual permitiria ao homem ter acesso à verdade das coisas e que, conseqüentemente, seria responsável por sua superioridade e domínio sobre os outros seres e sobre a natureza. Contudo, nesta minuciosa comparação com os animais, Montaigne demonstra como a razão não nos torna superiores a eles. Ela acaba, pelo contrário, muitas vezes por nos atrapalhar e nos colocar numa situação de inferioridade em relação aos outros seres da natureza:

[A]... e se acontece de, entre todos os animais, apenas [o homem] ter essa liberdade de imaginação e esse desregramento de pensamentos representando-lhe o que é, o que não é, o que ele quer, o que é o falso e o verdadeiro, essa é uma vantagem que lhe custa bem caro e da qual tem bem pouco para se vangloriar, pois dela nasce a fonte principal dos males que o atormentam: pecado, doença, inconstância, perturbação, desespero. (MONTAIGNE, 2002, II, p.192).³

Mais do que não nos tornar melhores, a razão aparece aqui como a própria *causa*, como a “fonte” dos males humanos. Igualada à imaginação, a razão é colocada por Montaigne como a criadora das representações que os homens fazem das coisas. Ora, uma vez que suas representações provocam males e tormentos, a razão não pode ser algo tão valioso como pensam aqueles que se crêem senhores da natureza. O ceticismo de Montaigne não apenas põe em dúvida a pos-

³ As letras A, B e C entre colchetes no corpo de cada citação referem-se às três “camadas” do texto: A letra A corresponde à edição de 1580 dos *Ensaíes*. A letra B designa a edição de 1588. E a letra C corresponde ao “exemplar de Bordeaux”, que contém as adições de Montaigne posteriores a 1588.

sibilidade de o homem obter conhecimento através da razão, mas questiona ainda se ela, ao invés de uma dádiva, não seria mesmo um fardo que o homem carrega.

Disso, ressalta-se, não se pode concluir que Montaigne apresente de forma definitiva os homens como seres inferiores aos animais. Sua intenção não é inverter o domínio da natureza daqueles para estes. A argumentação desenvolvida na *Apologia* visa demonstrar que o homem não está nem abaixo, nem acima, que ele não é melhor, nem pior do que os outros seres. Os homens estão numa situação de igualdade a todas as outras criaturas. Todos fazem parte da mesma natureza (MONTAIGNE, 2002, II, p.191). Isto não diminui, entretanto, a intensidade da crítica da razão feita por Montaigne, pois, destituído do papel principal, o homem não pode mais confiar naquilo que ele acreditava ser seu diferencial e seu principal instrumento de contato com a verdade. O filósofo francês mostra, assim, como o conhecimento, a ciência, a filosofia, enfim, tudo aquilo que participa ou depende diretamente da razão, não tem esta pretendida relação com a verdade e com a essência das coisas.

No trecho da *Apologia* citado anteriormente, não há uma referência direta de Montaigne ao problema da morte. Sua intenção principal é, como dito, denunciar a presunção humana através da crítica da razão. Contudo, a morte é, sem dúvida, um destes males que atormentam o homem, ao lado da dor e da pobreza. Aliás, Montaigne chega a dizer ao longo dos *Ensaio*s, que ela é mesmo o principal dos males humanos, por ser o que mais nos causa medo, perturbações e intranqüilidade (MONTAIGNE, 2002, I, p.122). São vários os ensaios dedicados à reflexão sobre as formas de se combater o medo que os homens têm da morte. Assim, esta passagem se torna extremamente importante, pelo fato de nos apresentar uma possível origem para este medo que tanto aflige o homem e que, pelo mesmo motivo, se tornou um dos principais temas de investigação de Montaigne. O trecho seguinte complementa esta idéia:

[A]... temos como quinhão nosso a incôntância, a incerteza, a dor, a superstição, a inquietação das coisas por vir (mesmo depois de nossa vida), a ambição [...]. Por

certo pagamos extraordinariamente caro essa capacidade de julgar e conhecer, se as adquirimos à custa desse número infinito de paixões a que estamos incessantemente expostos. (MONTAIGNE, 2002, II, p.230).

O ceticismo de Montaigne tem, portanto, uma conseqüência pragmática importante que se relaciona diretamente com o pensamento da morte: o homem não precisa temer a morte, uma vez que a origem deste medo está nas representações da razão, as quais não têm valor de verdade. O medo da morte que tanto perturba a vida dos homens é, na verdade, algo sem fundamento, já que não passa de uma invenção da razão humana, que é falível e inconstante. Segundo Marcel Conche, quando dizemos que a morte é temível, cremos estar falando da morte, porém, estamos falando apenas de nosso medo. (CONCHE, 1996, p.55). Se a razão realmente conseguisse captar a essência da morte, todas as pessoas, todos os povos a perceberiam de modo semelhante. Entretanto, o que Montaigne percebe em suas leituras e sua observação do mundo é que as pessoas têm diferentes concepções a respeito dela: enquanto alguns a temem, outros a ignoram e outros até a procuram ou desejam. A morte, portanto, não deve ser temida pelo fato de não podermos saber ao certo se ela representa algo bom ou ruim para nós: “[A] Ora, essa morte que alguns chamam de a mais horrível das coisas horríveis, quem não sabe que outros a denominam o único porto contra os tormentos desta vida?” (MONTAIGNE, 2002, I, p.74).

Segundo Montaigne, a verdade sobre a morte e sobre as coisas divinas de um modo geral só é conhecida por Deus. Somente pela Revelação o homem poderia compreender a verdadeira essência da morte. Através do aparato cognitivo humano (a razão e os sentidos) não é possível saber o que acontece ao homem depois do fim de sua vida, não temos como saber se seremos mais felizes ou infelizes, recompensados ou punidos. A natureza finita e limitada do ser humano o impede de ter contato com a natureza infinita das coisas divinas. Nossas representações são apenas “aparências” das coisas, nunca atingindo a verdade absoluta de seu objeto:

“não temos nenhuma comunicação com o ser” (MONTAIGNE, 2002, II, p. 403), diz o autor. Os aspectos da morte que nos causam temor dizem respeito apenas a “circunstâncias humanas”, sem nenhum fundamento verdadeiro, isto é, divino.

O Elogio da Simplicidade e da Ignorância

Além de mostrar que os homens não precisam temer a morte, ou melhor, que os homens não precisam temer o seu destino após a morte, o ceticismo de Montaigne apresenta ainda uma outra consequência ética importante que afeta diretamente a vida e as ações dos homens: se a razão realmente fosse algo benéfico – como crêem estes “presunçosos” que Montaigne refuta na *Apologia de Raymond Sebond* –, os sábios, as pessoas que detêm mais conhecimentos, certamente, seriam mais felizes e viveriam melhor do que as pessoas ignorantes.

Porém, não é isto que constata Montaigne, ao menos neste capítulo. O simples exercício da filosofia, o uso da razão, não extingue de forma imediata os sofrimentos e os infortúnios pelos quais passamos em nossas vidas. Este é mais um aspecto da presunção humana que Montaigne quer denunciar na *Apologia*. O conhecimento não proporciona necessariamente a tranquilidade e a vida feliz. O bem-viver e a felicidade dependem de cada pessoa individualmente, e não simplesmente do fato de se possuir ou não conhecimento:

[A] De que utilidade podemos considerar que tenha sido para Varrão e Aristóteles esse entendimento de tantas coisas? Isentou-os dos inconvenientes humanos? [...] conformaram-se com a morte por saber que algumas nações alegam-se com ela ...? (MONTAIGNE, 2002, II, p.230-1)

A tentativa de superar os infortúnios e de enfrentar os problemas com pensamentos e meditação é inócua se comparada à atitude de pessoas simples que são mais bem sucedidas nesta empreitada agindo de forma natural, sem se beneficiar de qualquer ciência e sem tentar definir o que é a vida, a morte, o ser, a natureza, e tudo mais:

[A] Mas ainda que a ciência efetivamente fizesse o que eles [os filósofos]

dizem – atenuar e diminuir o amargor dos infortúnios que nos perseguem –, o que faz ela além do que faz muito mais puramente a ignorância, e mais evidentemente? [...] A filosofia, no extremo de seus preceitos, remete-nos aos exemplos de um atleta e de um muladeiro, nos quais vemos habitualmente muito menos sentimentos de morte, de dor e outros males, e mais firmeza do que a ciência jamais proporcionou [...] (MONTAIGNE, 2002, II, p. 236).

A atitude das pessoas simples e ignorantes é, portanto, mais honesta, na medida em que não tenta explicar o que é inexplicável ou conhecer o que é incognoscível. Esta atitude se reflete no modo como elas encaram suas vidas e seus problemas, sem torná-los maiores do que já são pela ação da razão. A busca constante por explicações e pela verdade, ao invés de eliminar, combater ou suavizar os infortúnios, acaba por potencializá-los. Montaigne diz, por exemplo, sobre os índios brasileiros, que era justamente sua “simplicidade e ignorância” que fazia com que eles vivessem de forma tranqüila, sem a tensão provocada pelas inúmeras representações, invenções e definições da razão (MONTAIGNE, 2002, II, p. 238).

O elogio da simplicidade e da ignorância e a denúncia do “falso medo” que os homens têm da morte aparecem, portanto, como consequências éticas de uma constatação epistemológica, a saber, a incapacidade da razão em estabelecer a verdade das coisas. Tendo isso em vista, pretende-se mostrar, na seqüência, como a crítica da razão montaigniana abre caminho para sua interpretação do problema da imortalidade da alma, evidenciando a relação dos temas do ceticismo e da morte na *Apologia*.

O Problema da Imortalidade da Alma na Apologia

A discussão sobre a imortalidade da alma não é o assunto principal da *Apologia de Raymond Sebond*. A idéia central que orienta toda a longa argumentação deste ensaio é, conforme exposto anteriormente, a comprovação da incapacidade da razão humana em definir a verdade das coisas. A reflexão

acerca da natureza da alma, isto é, saber se ela é mortal ou imortal, aparece como mais um tema que Montaigne se propõe a analisar para provar a falibilidade da razão. Em meio a uma argumentação tipicamente cética, Montaigne demonstra que não há como sabermos ao certo o que acontece com nossa alma após a morte, pois, a razão é limitada e a verdade pertence apenas a Deus.

A questão da imortalidade da alma é tratada, portanto, com uma certa cautela, aparecendo quase sempre como uma descrição de idéias de outros pensadores, e não como o julgamento próprio de Montaigne. Nem sempre é óbvio quando é ele que está falando ou quando está apenas sendo relatada uma idéia alheia. Na maioria das passagens da *Apologia*, as considerações de Montaigne estão neste contexto suspensivo, onde o autor parece estar apenas narrando as diversas opiniões que existem sobre o assunto – como é comum em sua obra – sem necessariamente se posicionar pessoalmente, como se percebe na seguinte passagem:

[C] O filósofo Antístenes, quando o iniciavam nos mistérios de Orfeu, dizendo-lhe o sacerdote que aqueles que se devotavam a tal religião tinham para receber após a morte bens eternos e perfeitos, perguntou-lhe: “Por que então [se acreditas nisso] não morres tu mesmo?”

Diógenes, mais bruscamente segundo seus modos, e fora de nosso assunto, ao sacerdote que da mesma forma lhe pregava que entrasse em sua ordem para alcançar os bens do outro mundo: “Queres acaso que eu acredite que Agesilau e Epaminondas, homens tão grandes, serão infelizes, e que tu, que és apenas um imbecil, serás bem-aventurado porque és sacerdote?” (MONTAIGNE, 2002, II, p.169-70).

O autor denuncia, aqui, a pretensão de algumas pessoas que se crêem privilegiadas pelo contato direto com a divindade. Estes “devotos” que acreditam ter recebido a revelação confundem, na verdade, a verdadeira fé com a mera crença, a qual se restringe à esfera do que é humano e, portanto, limitado e falível. Ao tentar explicar o que acontece após a morte, a razão humana evidencia

toda sua precariedade, pois, não consegue justificar coerentemente suas crenças através de suas práticas. Se eles de fato soubessem que a alma é imortal, se eles de fato acreditassem nessas “grandes promessas de beatitude eterna” (MONTAIGNE, 2002, II, p.170), não temeriam a morte como temem, ou talvez até mesmo a desejariam. As falas irônicas de Antístenes e Diógenes mostram, portanto, como os homens percebem a morte (e a religião, de um modo geral) a partir apenas de seus próprios limites humanos. O que realmente nos acontece após a morte, só Deus tem conhecimento.

Contudo, Montaigne não nos apresenta apenas argumentos que colocam em dúvida a idéia da imortalidade da alma. Também a opinião daqueles que são favoráveis a ela são expostas pelo autor:

[A] Pois a idéia oposta, da imortalidade da alma, [C] é a parte da ciência humana tratada com mais reserva e dúvida. [...] Ninguém sabe o que Aristóteles estabeleceu sobre esse assunto; [...] Duas coisas lhe tornavam plausível essa idéia: uma que, sem a imortalidade das almas, não haveria mais sobre o que assentar as vãs esperanças da glória, que é uma consideração de notável influência no mundo; a outra – que é uma crença muito útil, [...] – que os vícios, quando se furtam à vista obscura e incerta da justiça humana, continuam a estar na mira da justiça divina, que os perseguirá até mesmo após a morte dos culpados. (MONTAIGNE, 2002, II, p.329).

Nota-se, daí, como Montaigne busca dar ouvidos aos dois lados do problema, abrindo espaço para opiniões divergentes, sem um apego prévio a nenhum dos lados.

Contudo, Montaigne não parece querer apenas estabelecer a equípolência entre estas posições contrárias. Através de uma análise mais detida na argumentação de Montaigne, é possível detectar uma crítica mais contundente aos argumentos que são favoráveis à imortalidade da alma e uma denúncia das tentativas de explicação dos aspectos sobrenaturais e transcendentais da morte.

Primeiramente, observa-se que o número dos argumentos que Montaigne apre-

sentam que refutam a tese da imortalidade da alma é imensamente maior do que os argumentos que a defendem. Aliás, em todo o capítulo, é somente na passagem citada acima que Montaigne apresenta, de fato, argumentos que “comprovariam” ou que ao menos que tornariam plausível esta idéia.

Mais do que esta evidência quantitativa, o que é relevante é que, logo na seqüência desta passagem que explicita os dois principais argumentos a favor da imortalidade da alma, Montaigne já questiona a possibilidade de se obter tais conhecimentos. Diz ele:

[A] Porém é espantoso como os mais obstinados nessa tão justa e clara convicção da imortalidade de nossos espíritos se viram desarmados e impotentes para estabelecê-la com suas forças humanas. (MONTAIGNE, 2002, II, p. 330).

As tentativas de explicação racional sobre uma possível natureza imortal da alma, portanto, batem de frente com o pensamento de Montaigne por lidar com conhecimentos que dizem respeito apenas à esfera divina. Logo, determinar se a alma se separa do corpo após a morte, se há ou não inferno, purgatório ou reencarnação é algo que transcende os limites da razão humana. É um erro buscar explicar os acontecimentos do âmbito sobrenatural por uma faculdade que não dá conta de esclarecer perfeitamente nem mesmo aquilo que acontece no domínio das coisas humanas. O trecho exposto a seguir mostra como Montaigne percebe essas tentativas de explicação para coisas que ultrapassam o entendimento humano:

[A] Quando os filósofos esquadriham a hierarquia de seus deuses e mostram-se diligentes em distinguir-lhes as alianças, as atribuições e o poder, não posso crer que estejam falando a sério. Quando Platão nos detalha o vergel de Plutão e os confortos ou castigos que nos aguardam ainda após a ruína e o aniquilamento de nossos corpos, e ajusta-os à nossas maneiras de sentir a vida, [...] quando Maomé promete aos seus um paraíso atapetado, ornado de ouro e de pedrarias, povoado de jovens de perfeita beleza, de vinhos e de víveres extraordinários, bem vejo que são zombadores que se curvam ante nossa tolice para nos engabelar e atrair com

essas idéias e expectativas, adequadas a nosso apetite moral. (MONTAIGNE, 2002, II, p.276-7).

Este trecho torna claro o teor da crítica de Montaigne: os argumentos favoráveis à tese da imortalidade da alma aparecem para ele como invenções descabidas, como fantasias sem qualquer possibilidade de verificação, que teriam a intenção declarada de nos enganar. Isto ocorre porque os homens só conseguem falar do que está além da vida a partir dos parâmetros de suas próprias vidas, a partir de suas experiências terrenas e de sua linguagem, o que os distancia da verdadeira natureza da alma que só pode ser atingida pela fé e pela revelação.

Já os argumentos favoráveis à mortalidade da alma estariam mais de acordo com o ceticismo montaigniano, uma vez que se fundamentam, geralmente, apenas nas experiências humanas e na pura e simples observação dos fatos, sem nenhuma pretensão de explicação do que está fora do domínio da natureza. A razão, deste modo, é utilizada dentro dos seus limites e de sua competência, obedecendo a uma prudência intelectual cara à Montaigne e ao ceticismo. Esta prudência evita uma adesão imediata e uma atribuição de valor de verdade a estes argumentos. Eles se mostram, como dito, apenas mais coerentes com as limitações e fraquezas dos homens, tão evidentes para o pensador francês.

Ora, o que nossa experiência comum nos mostra é que corpo e alma são dependentes um do outro. Pela observância dos fatos do nosso dia-a-dia temos evidências (repete-se, sem valor de verdade) mais claras da relação entre estas duas partes, do que da independência delas. Esta interdependência entre corpo e alma aparece na *Apologia* como o principal e mais convincente argumento a favor da idéia da mortalidade da alma: se a alma envelhece juntamente com o corpo, se ela está submetida à ação do tempo tanto quanto o corpo, ela não pode ser imortal. Se a alma depende do corpo, ela é tão frágil quanto este. Ainda no registro das idéias de outros filósofos sobre o tema, Montaigne fala o seguinte sobre a ligação corpo/alma:

[A] Dessa forma eles julgavam que seu nascimento [nascimento da alma] seguia

a condição normal das coisas humanas, como também sua vida, na opinião de Epicuro e Demócrito, que foi a mais aceita, segundo essas belas aparências; que a víamos nascer conforme o corpo era capaz disso; víamos suas forças crescerem como as corporais; reconhecíamos a fragilidade de sua infância e, com o tempo, seu vigor e maturidade; depois seu declínio e velhice, e por fim sua decrepitude [...] (MONTAIGNE, 2002, II, p.324-5).

Este modo de ver o problema se baseia apenas nos sentidos e nos sentimentos, sem pretensão de determinar uma verdade ou de estabelecer algo que não se pode experimentar diretamente, exceto pela Revelação. A doença, a embriaguez e o sono são algumas destas experiências comuns dos homens que corroboram a ligação entre corpo e alma, sem apelo a descrições que fogem às nossas possibilidades de compreensão. Deste modo, a chance de se cair em falsas representações de conhecimentos que só pertencem a Deus é menor. É por isso, portanto, que, considerando as reflexões de Montaigne, a tese da mortalidade da alma se mostra mais pertinente, no âmbito da razão e do discurso humano, do que a crença na sua imortalidade, pois, se mostra mais condizente com a fragilidade, com a falibilidade do ser humano denunciada pela profunda crítica da razão estruturada pelo autor na *Apologia de Raymond Sebond*.

Contudo, é preciso re-enfatizar que a experiência da ligação corpo/alma não representa uma afirmação por parte de Montaigne de que a alma seja mortal. Ela não é uma prova de verdade, já que esta, como dito, pertence à esfera divina, inatingível ao homem por seus atributos naturais. Não se deve perder de vista que a imortalidade da alma é uma verdade de fé e que é apenas no que diz respeito à razão humana que a idéia da mortalidade da alma se apresenta como mais coerente. Montaigne não quer,

portanto, defender dogmaticamente a tese da mortalidade da alma. Se sua crítica à imortalidade da alma é mais contundente, isto tem explicação, como vimos, também por causa de sua prudência e humildade intelectual alimentadas pelo ceticismo (CONCHE, 1996, p.46).⁴

Portanto, é o próprio ceticismo de Montaigne, é a dúvida na capacidade da razão em explicar a verdade das coisas que o leva a questionar a tese da imortalidade da alma. É errado, segundo o autor, orientar nossas ações na vida terrena pelo medo do que nos acontecerá na outra vida, uma vez que não podemos saber o que nos acontece depois da morte. Mais do que uma preocupação teológica ou epistemológica, quando aborda o problema da natureza da alma, a atenção de Montaigne se volta para as conseqüências que este problema tem para a vida prática dos homens. Na seqüência, a contextualização histórica do problema ajudará a ratificar este ponto.

Montaigne e a Religião: a Perspectiva Histórica do Problema da Imortalidade da Alma na Apologia

Visamos, nesta parte, debater, especificamente, os reflexos das idéias de Montaigne sobre o pensamento religioso da época. O objetivo desta análise, que se proclama histórica, não é buscar quais teriam sido as *intenções* de Montaigne com seu discurso sobre a natureza da alma na *Apologia*, se ele queria defender ou atacar o cristianismo ou a Igreja católica.⁵ Propomos, pelo contrário, uma visão mais objetiva, embora genérica, sobre o contexto em que esta discussão se insere, com o intuito de salientar apenas como a leitura de Montaigne do problema da imortalidade da alma não segue os parâmetros do ideário do cristianismo que dominava o pensamento naquele tempo.

⁴ Conche ressalta a diferença das críticas de Epicuro e de Montaigne à tese da imortalidade da alma: "Épicure est ostensiblement dogmatique: ce qu'il proclame et démontre est la vérité même. Montaigne est ostensiblement sceptique: Il dit sa façon de voir, de ressentir la mort; il n'exclut pas que la vérité ne soit tout autre."

⁵ São inúmeras as divergências acerca da relação ceticismo/religião na *Apologia*. Alguns intérpretes percebem neste ensaio um ceticismo estrito que se colocaria em oposição ao dogmatismo característico do pensamento religioso (EVA, 2007), outros lêem a *Apologia* a partir de um fideísmo cético que seria desenvolvido por Montaigne, onde o ceticismo seria um aliado do cristianismo (POPKIN, 2000). "

É necessário salientar que Montaigne não põe em dúvida na *Apologia*, e em momento algum dos *Ensaíos*, a existência de Deus, nem questiona diretamente o cristianismo. Suas críticas à imortalidade da alma geralmente se dirigem a Platão e sua teoria da reminiscência (MONTAIGNE, 2002, II, p. 277-280). Seu discurso é, portanto, mais de cunho filosófico que teológico. Quando trata da natureza da alma na *Apologia*, como vimos, seu objetivo central é destituir a razão de seu papel principal e de destacar a distância das coisas divinas em relação aos homens. Assim, não é nossa intenção afirmar que as críticas de Montaigne sejam direcionadas propositalmente contra a religião, até mesmo porque muitas de suas fontes vêm do próprio pensamento cristão – Santo Agostinho e São Paulo (MONTAIGNE, 2002, II, p.246-8), por exemplo –, principalmente na fundamentação de seu ceticismo.

Contudo, feitas as ressalvas acerca da religiosidade pessoal e das intenções de Montaigne, nos aparece como evidente o *desvio* de seu olhar em relação à posição da Igreja no que diz respeito ao problema da morte.

Segundo Brody, o pensador francês tinha plena consciência de que sua “Filosofia da morte” não seguia os procedimentos sócio-religiosos há muito tempo vigentes (BRODY, 1982, p.105-6).⁶ Ainda que esta leitura de Brody trate especificamente do ensaio *Que filosofar é aprender a morrer* (MONTAIGNE, 2002, I, p.119-142), sem abordar a *Apologia* diretamente, ela nos ajuda a compreender a importância deste desvio de Montaigne no que tange à interpretação do problema da imortalidade da alma. Para o comentador, a morte é tratada nos *Ensaíos* como um evento ético e puramente humano, sendo Montaigne um dos primeiros pensadores a abandonar as respostas da religião (BRODY, 1982, p.107), o que faz com que o texto montaigniano seja um documento histórico fundamental de extrema significação.

Creemos, portanto, que também a *Apologia* segue este parâmetro, uma vez que suas reflexões ali presentes também oferecem um descolamento da posição da autoridade religiosa por parte de Montaigne. Mesmo que não seja possível identificar uma posição categoricamente materialista em sua crítica à tese da imortalidade da alma, a simples negação da possibilidade de afirmá-la atinge diretamente o cristianismo, o qual tem nas punições e recompensas da “outra vida” sua principal arma de ameaça contra as pessoas comuns, como vemos nesta passagem da Bíblia Sagrada:

Pois Deus amou de tal forma o mundo, que entregou o seu Filho único, para que todo o que nele acredita não morra, mas tenha a vida eterna. [...] Quem acredita nele, não está condenado; quem não acredita, já está condenado, porque não acreditou no nome do Filho único de Deus. (BÍBLIA SAGRADA, 1993, João, 3: p. 16-18).

Para o cristianismo, no ponto de vista moral, os homens devem guiar suas ações nesta vida tendo como objetivo maior as recompensas da vida eterna. A noção de pecado é um dos alicerces do cristianismo e fundamenta toda a moral cristã: os homens devem agir bem, em conformidade com as regras do Evangelho para que na outra vida não sejam punidos com castigos eternos. Na vida atual, seguindo corretamente os preceitos de Deus, o homem tem a chance de recuperar seu direito à bem-aventurança que fora perdido por causa do Pecado Original. A vida atual como conhecemos perde, portanto, em importância, já que ela não é mais que um caminho para a beatitude eterna. Toda ela deve ser orientada, através da supressão dos desejos da carne e da valorização do espírito e da bondade de Deus, com objetivo de obter o perdão divino pelo pecado cometido por Adão.

Já a visão cética de Montaigne sobre o problema da imortalidade da alma tem como consequência ética fundamental o oposto

⁶ Brody argumenta que a defesa de Montaigne da morte repentina e a crítica aos procedimentos mortuários da época, os quais tornavam a morte um espetáculo, uma cerimônia pública, batia de frente com o ideário cristão a respeito dos últimos sacramentos, pelos quais o moribundo se arrependia de seus pecados para receber o descanso eterno: “En réclamant son droit à ‘une mort recueillie en soy, quiete et solitaire,’ Montaigne avait pleinement conscience de plaider une cause originale et de s’insurger contre des procédures sócio-religieuses généralisées et depuis longtemps observées;” (BRODY, 1982).

desta concepção religiosa, a saber, a valorização do homem àquilo que ele conhece, àquilo que ele vivencia, que, neste caso, é a vida atual:

[A] Além disso, é aqui, entre nós, e não alhures, que devem ser consideradas as forças e os feitos da alma; todo o restante de suas perfeições lhe é vão e inútil; é pelo estado atual que deve ser paga e reconhecida toda sua imortalidade, e somente pela vida do homem que ela deve ser levada em conta. [...]. Seria uma desproporção iníqua fazer uma recompensa eterna decorrer de uma vida tão curta. (MONTAIGNE, 2002, p. 324).

Ora, como não tem acesso às coisas divinas, o homem deve focar seu olhar para o que é lhe próprio, para aquilo que é humano, natural e essencialmente instável. Diante da impossibilidade da razão de guiar nossas ações em direção à verdade, de sua impossibilidade de nos explicar no que consiste a morte realmente, resta aos homens, frágeis e inconstantes, caminhar de acordo com sua natureza, aceitando, assim, seus sentidos, seu corpo, sua razão, e todas as suas necessidades mais básicas e naturais.

A filosofia, para Montaigne, deve se deter de forma mais incisiva sobre aquilo que lhe é próximo, pois, uma vez constatada a fraqueza da razão, o homem deve voltar seu olhar para si mesmo antes de buscar o conhecimento daquilo que está distante e que talvez nunca poderá ser entendido. Em relação ao problema da morte, já que nós, humanos, não temos condições de provar se alcançaremos a vida eterna ou se a morte não é mais do que aquele "nada" que experimentamos quando dormimos sem sonhar, tratemos apenas dos aspectos dela que estão ligados à vida, como a superação de seu medo e a reflexão sobre seus últimos momentos. O homem deve se orientar pela vida tal como ele a conhece, e não pela vida que talvez ele obtenha após seu aniquilamento total:

[A] Sou grato à jovem de Mileto que, vendo o filósofo Tales ocupar-se continuamente na contemplação da abóbada celeste e manter sempre os olhos voltados para o alto, colocou em seu caminho algo para fazê-lo tropeçar, a fim de adverti-lo de que seria tempo de ocupar

o pensamento nas coisas que estavam nas nuvens depois que tivesse cuidado das que estavam a seus pés. Sem dúvida bem o aconselhava a olhar mais para si mesmo do que para o céu. (MONTAIGNE, 2002, II, p. 308).

É por isso, portanto, que, como dito na introdução, Montaigne se preocupa mais com o "morrer" do que com a "morte", baseando suas reflexões naquilo que a morte se relaciona com a *esta* vida, e não com a *outra* vida, o que torna manifesto o desvio de seu pensamento em relação ao ideário cristão, sem, no entanto, contradizê-lo. Ainda que não possamos classificar Montaigne de forma definitiva como um autor ateu ou libertino, é fato que sua intensa valorização do que é natural e imanente permite apontar para seu texto como um indício relevante de novidade, liberdade e originalidade em relação ao discurso dominante de seu tempo.

Conclusão

Para concluir, faz-se necessária uma observação acerca do ceticismo de Montaigne. A crítica montaigniana da razão, como exaustivamente repetido ao longo do texto, tem um objetivo preciso: denunciar a presunção e o orgulho dos homens que acreditam que a razão seja um instrumento que lhes torna superiores aos outros seres. O ceticismo da *Apologia* não visa, portanto, desvalorizar a faculdade da razão em si mesma. Ele trata mais do uso que os homens fazem dela. Montaigne não ignora a possibilidade do bom uso da razão. Quando bem utilizada ela pode sim ser uma arma importante para o homem se relacionar com o mundo e enfrentar os percalços da vida. Montaigne observa, porém, que o mau uso da razão é mais comum do que o bom uso. Daí a necessidade de desmascarar esta falsa interpretação que geralmente se faz das capacidades do raciocínio humano. Diz o autor, citando Cícero, na *Apologia*: "pois tal faculdade é fatal para muitos e só é salutar para pouquíssimos." (MONTAIGNE, 2002, II, p.230).

Como, porém, utilizá-la de forma correta? Qual a receita para não usarmos a razão contra nós mesmos? Para Montaigne, o bom uso da razão seria justamente o uso

cético, isto é, aquele que percebe que seus conhecimentos não têm valor absoluto de verdade, mas apenas valor relativo e que não temos acesso senão à aparência das coisas. Nas palavras de Telma Birchal, “a razão de Montaigne é a consciência da própria ignorância.” (BIRCHAL, 2006, p.240)⁷ Este uso cético, mais prudente, menos orgulhoso, já permitiria o combate ao temor da morte sem as máscaras e invenções projetadas por aquela razão presunçosa, simplesmente pelo reconhecimento de que todas as representações são falíveis e que não podemos saber ao certo se a morte é, na verdade, um bem ou um mal para nós:

[A] Ora, essa postura do julgamento deles [dos cétricos], reta e inflexível, recebendo todos os objetos sem adesão e consentimento, encaminha-os para sua ataraxia, que é uma condição de vida tranqüila, assentada, isenta de agitações que recebemos pela impressão da opinião e ciência que pensamos ter das coisas. Daí nascem o medo, a avareza, a inveja, os desejos imoderados, a ambição, [...] (MONTAIGNE, 2002, II, p. 255).

Logo, a utilização cética da razão pode sim ajudar o homem a alcançar a felicidade. A razão potencializa os sofrimentos quando tenta explicar, quando tenta definir de forma absoluta se algo é bom ou ruim, benéfico ou prejudicial, pois, diante da grande diversidade e da mudança constante que experimentamos no mundo jamais haverá algo completamente bom ou completamente mau em si mesmo. É da decepção oriunda deste desacordo entre o que acreditávamos ser verdade pela razão e o que constatamos pela experiência ser nada mais do que uma aparência que surge sofrimento. E é também desta pretensão de posse da verdade que nascem os conflitos, na medida em que todos que acreditam ter em si o “ser” de algo não costumam aceitar a legitimidade de um discurso que o contradiga.⁸ Contudo, quan-

do não se espera atingir nenhuma verdade, quando se suspende o juízo sobre a verdadeira definição das coisas, guia-se a vida de forma mais natural e tranqüila, aceitando com mais facilidade o debate e a reflexão: “Uma alma isenta de preconceitos tem uma excepcional dianteira rumo à tranqüilidade.” (MONTAIGNE, 2002, p.259).

É neste cenário que se encontra a crítica da razão montaigniana e a denúncia da vaidade do homem. O fidalgo francês apresenta uma nova maneira de o homem encarar a vida e de agir no mundo, com mais humildade e tranqüilidade. A busca incessante por conhecimento e pela verdade pode acabar trazendo mais perturbações e conflitos do que benefícios. O importante, para Montaigne, é viver bem e despreocupadamente, como atesta com freqüência nos *Ensaaios*, e cada vez com mais intensidade à medida que caminhamos para o final de sua obra: “[B] Não há nada tão belo e legítimo quanto desempenhar bem e adequadamente o papel de homem, nem ciência tão árdua quanto a de saber viver bem [C] e naturalmente [B] esta vida.” (MONTAIGNE, 2002, III, p.492).

Referências Bibliográficas

MONTAIGNE M. *Os Ensaaios*. v. I, II e III. 2. ed. Tradução de Rosemary C. Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Les Essais*. Ed. Pierre Villey. Paris: PUF, 1988. (Coleção Quadrige).

BIRCHAL, T. As razões de Montaigne. *Síntese*. Belo Horizonte. 1974, v. 33, p. 229-246, 2006.

BLUM, C. *La représentation de la mort dans la littérature française de la Renaissance*. 2. éd. Paris: H. Champion, 1989.

BRODY, Jules. *Lectures de Montaigne*. Lexington: French Forum, 1982.

⁷ Outro artigo que também serve de base para esta interpretação do ceticismo de Montaigne é *Epoche as Perfection: Montaigne's View of Ancient Skepticism* de José Raimundo Maia Neto (Cf.: MAIA NETO, 2004).

⁸ Conche chama esta incapacidade do homem de aceitar a contradição e contraposição de suas idéias de “ilusão absolutizante”: “Chaque peuple (ou chaque groupe, chaque secte, etc.) absolutise ses croyances, son système de valeurs, de sorte que sa religion, ses moeurs, sa forme de gouvernement, ses usages, etc., lui servent de *mesures* pour juger, par comparaison, d'autres systèmes, d'autres sociétés.” (CONCHE, 1996, p. 56).

CONCHE, M. *Montaigne et la philosophie*. 2. ed. Paris: PUF, 1996.

EVA, L. *A figura do filósofo. Ceticismo e subjetividade em Montaigne*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

MAIA NETO, J. R. *Epoche as perfection: Mon-*

taigne's View of Ancient Skepticism. In: *Skepticism in Renaissance and Post-Renaissance Thought*. NY: Humanity Books, 2004.

POPKIN R. *História do ceticismo de Erasmo a Spinoza*. Tradução Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: F. Alves, 2000.